

AS REPRESENTAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA CIDADE EM LIMA BARRETO

Doutoranda Alice Atsuko MATSUDA PAULI
(UEL – Grupo CRELIT/UENP-FAFICOP – FACCRI)

Resumo:

*“O espaço constitui uma das mais importantes categorias da narrativa, não só pelas articulações funcionais que estabelece com as categorias restantes, mas também pelas incidências semânticas que o caracterizam. Entendido como domínio específico da história, o espaço integra, em primeira instância, os componentes físicos que servem de cenário ao desenrolar da ação e à movimentação das personagens: cenários geográficos, interiores, decorações, objetos etc.; em segunda estância, o conceito de espaço pode ser entendido em sentido translativo, abarcando então tanto as atmosferas sociais (espaço social) como até as psicológicas (espaço psicológico)” (REIS & LOPES, 1988, p.204). O presente trabalho objetiva verificar as representações sócio-espaciais da cidade do Rio de Janeiro nos romances **Recordações do Escrivão Isaías Caminha** e **Clara dos Anjos**, de Lima Barreto. O espaço social, segundo Lefebvre, é a materialização da existência humana, compreendido como uma dimensão da realidade.*

Palavras-chave: Lima Barreto, representações sócio-espaciais, Rio de Janeiro.

Introdução

De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia.
(Lima Barreto, Bruzudanga, p.106)

Segundo Ítalo Calvino, a cidade é o símbolo capaz de exprimir a tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado das existências humanas (1990, p.85). Essa tensão forma a cidade que poderá ser lida como um texto em que se vê a imaginação e o trabalho coletivo do homem. A cidade é um registro, uma escrita, a materialização de sua própria história.

Ao tentar fazer a leitura do Rio de Janeiro na virada do século por meio dos textos literários, observa-se a metáfora da demolição. Em nome do progresso, do moderno, ocorre a transformação da cidade, demolindo igrejas seculares, para dar passagem a obras modernas.

Na virada do século, o Rio de Janeiro se encontrava com quase um milhão de habitantes e era o centro vital do país. Considerada a principal “sede industrial, comercial e bancária, principal centro produtor e consumidor de cultura, a cidade era a melhor expressão, e a vanguarda, do momento de transição por que passava a sociedade brasileira” (MOURA, 1983, p.30).

A capital passava por obras de remodelação, embelezamento e saneamento. Em síntese, as obras visavam: a remodelação do porto da cidade, facilitando seu acesso pelo prolongamento dos ramais da Central do Brasil e da Leopoldina; a abertura da avenida Rodrigues Alves; a construção da avenida Central, atual Rio Branco, unindo

diagonalmente de mar a mar as partes sul e norte da península e atravessando o centro comercial e financeiro do Rio, que seria reconstruído e redefinido funcionalmente; a melhoria do acesso à zona sul, que se configura definitivamente como local de moradia das classes mais ricas, com a construção da avenida Beira-Mar; e a reforma do acesso à zona norte da cidade, assegurada pela abertura da avenida Mem de Sá e com o alargamento das ruas Frei Caneca e Estácio de Sá. Além disso, inúmeras ruas menores são abertas ou alargadas, a reforma da cidade se completando com a ampliação dos serviços urbanos, com a pavimentação da cidade, e com a realização de uma grande campanha de saneamento e combate epidêmico realizada por Oswaldo Cruz conjugada com as grandes demolições realizadas principalmente nos bairros centrais.

Essas obras deveriam tornar o Rio de Janeiro uma “Europa possível”. O Rio quer ser uma Paris, se não modelo, pelo menos utopia. Para isso mobiliza-se metade do orçamento da União. Com a urbanização da cidade ocorre a marginalização da população pobre. Nesse período, surge o conceito de civilidade e de modernização urbana, influenciado pela questão sanitária, visto que a pobreza era associada à insalubridade. Assim, enquanto os edifícios e mansões eram remodelados com a *art-nouveau*; ocorria a demolição em massa dos cortiços e dos antigos casarios habitados por populares, o “bota abaixo”, justificada em nome da higiene e do saneamento urbano.

Segundo Moura:

se por um lado ajustam efetivamente a cidade às novas necessidades da estrutura política e econômica montada, e aos valores civilizatórios da burguesia – por outro não consideravam os problemas de moradia, abastecimento e transporte das classes populares, que são deslocadas de seus bairros tradicionais no centro para a periferia, o subúrbio, e as favelas que se formariam. Em suma: são simplesmente mantidos a distância em suas duras condições de vida. (1983, p.32).

Nota-se que a capital, que se desenvolvera até então de forma não planejada, é objeto de modificações estruturais e dotada de uma nova infra-estrutura de serviços, permitindo que sejam atendidas as necessidades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo e preparada para receber os novos investimentos industriais. Para atender a necessidade de mão-de-obra das indústrias capitalistas, algumas favelas do Rio de Janeiro foram mantidas, contrariando a filosofia do projeto urbanístico do “bota abaixo”. Além disso, a Companhia Jardim Botânico estendia seus *bonds* elétricos para a zona sul e oferecia viagem gratuita para vender lotes em Copacabana, associada a “uma forma moderna de viver”. Empreiteiros e empresas loteadoras lucram com a extensão de serviços públicos para a zona sul e com a abertura da Avenida Beira-Mar, e a luz chega até a inabitada Ipanema e caríssimas obras são realizadas.

De acordo com Renato Cordeiro Gomes, o “Rio, assim, civiliza-se sob patrocínio do poder, das elites aburguesadas. O projeto tinha por objetivo criar uma imagem de credibilidade aos olhos do mundo civilizado. Acompanhar o progresso significava colocar-se no mesmo paradigma dos padrões e ritmos da economia européia” (1994, p.104). Além de remodelar fisicamente a cidade, com a abertura de novas avenidas e reforma de portos, demolir as casas do centro para a construção de novos prédios, pretendia também higienizar e sanear.

Assim, para Sevcenko, quatro princípios fundamentais regeram a transformação do espaço público e o modo de vida e da mentalidade carioca:

a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de

cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense. (1985, p.30).

Percebe-se que sob o lema positivista da ordem e do progresso, os poderosos desejam fechar um ciclo histórico e abrir outro, destruindo para construir, apagando o passado identificado com o atraso para criar uma nova cidade que atenda às demandas da elite. Lima Barreto denuncia, com ironia, as mazelas resultantes dessa metamorfose da vida carioca a caminho de um cosmopolitismo identificado com o modelo parisiense. O escritor tinha uma posição radicalmente contrária à forma como se processava a modernização do Rio de Janeiro. Para ele, os homens ricos, os agentes imobiliários, os pseudo-urbanistas, que se empenhavam em loteamentos para valorizar e especular os terrenos pantanosos de Copacabana, Ipanema e Leblon, não estavam preocupados com a natureza. Só se pensava mesmo em ganhar dinheiro, à custa dos favores da Prefeitura.

As representações sócio-espaciais do Rio de Janeiro

Lima Barreto apresenta uma visão ampla do Rio de Janeiro que cabe nele todos representantes de todos os grupos sociais: presidentes, ditadores, militares, honestos ou desonestos doutores, moças de Botafogo, funcionários públicos de todos os escalões, meninas de subúrbio, poetas empobrecidos, músicos não reconhecidos, prostitutas infelizes ou de sucesso, aposentados, donas-de-casa, vagabundos, bêbados e loucos.

Em **Clara dos Anjos**, ao retratar o subúrbio, percebe-se esse fato:

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Caxambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até às dez horas da manhã e há toda uma população da cidade, de certo ponto, no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá; e todos os dias, bem cedo, lá descem à procura de amigos fiéis que os amparem, que lhes dêem alguma coisa, para o sustento seu e dos filhos. (BARRETO, 1994, p.81).

Nota-se a crítica do romancista quanto ao desamparo do menos privilegiados, a exclusão que eles sofrem. Praticamente o capítulo VII todo, o escritor denuncia o descaso dos governantes em relação a essa população mais pobre. Inicia descrevendo o subúrbio e o seu crescimento, invadindo qualquer lugar deserto, pântanos e morros. A população constrói casebres toscos, barracões que servem de moradia.

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato. (BARRETO, 1994, p.52).

Lima Barreto retrata também a falta de saneamento básico e de cuidado com a saúde da população local: “Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo” (BARRETO, 1994, p.52).

A população do Rio de Janeiro foi assolada por várias epidemias durante os primeiros anos da República. Sob o governo do Presidente Rodrigues Alves (de 1903 a 1906), realizaram-se amplas campanhas sanitárias – entre elas a vacina obrigatória, contra a varíola – e a reurbanização da cidade que, entre outras medidas, levou à demolição de velhos cortiços e pensões, considerados focos endêmicos. Com a extinção das habitações populares no centro do Rio, a população mais pobre ocupou os subúrbios e os morros, que também não ofereciam infra-estrutura.

Note-se, pelo relato irônico de Lima Barreto, a falta de infra-estrutura e higiene em que as pessoas e os animais convivem harmoniosamente:

As ruas distantes da linha da Central vivem cheias de tabuleiros de grama e de capim, que são aproveitados pelas famílias para coradouro. De manhã até à noite, ficam povoadas de toda a espécie de pequenos animais domésticos: galinhas, patos, marrecos, cabritos, carneiros e porcos, sem esquecer os cães, que, com todos aqueles, fraternizam. (...)

Carneiros, cabritos, marrecos, galinhas, perus – tudo entra pela porta principal, atravessa a casa toda e vai se recolher ao quintalejo aos fundos. (BARRETO, 1994, p. 53).

O escritor é contundente em sua crítica, fazendo referência à má administração do governo, à malversação do dinheiro público, transformando numa falta de confiança nos homens públicos e na própria política: “Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro” (BARRETO, 1994, p.53).

Ao narrar o ritual do enterro, o romancista não deixa de retratar as dificuldades que a população passa:

Nem lhes facilita a morte, isto é, o acesso aos cemitérios locais.

Para o de Inhaúma, procurado por uma vasta zona suburbana, os caminhos são maus, e pior do que isto: dão voltas inúteis, que poderiam ser evitadas sem grandes despesas. Os enterros da gente mais pobre são feitos a pé, e é fácil imaginar como chegam, os que carregam o morto, no campo-santo municipal. (BARRETO, 1994, p.53).

O que leva o povo a procurar os subúrbios é o baixo preço dos aluguéis, além disso, não há vantagem alguma:

Toda essa gente que vai morar para as bandas de Maxambomba e adjacências, só é levada a isso pela relativa modicidade do aluguel da casa. Aquela zona não lhes oferece outra vantagem. Tudo é tão caro como no subúrbio propriamente. Não há água, ou, onde há, é ainda nos lugarejos do distrito Federal que o governo federal caridosamente supre em algumas bicas públicas; não há esgotos; não há médicos, não há farmácias. Ainda dentro do Rio de Janeiro, há algumas estradas construídas pela Prefeitura, que se podem considerar como tal; mas, logo que se chega ao Estado, tudo falta, nem nada há embrionário. (...)

Os córregos são em geral vales de lama pútrida, que, quando chegam as grandes chuvas, se transformam em torrentes, a carregar os mais nauseabundos detritos. A tabatinga impermeável, o barro compacto e a falta d'água não permitem a existência de hortas; e um repolho é lá mais raro que na Avenida Central. (BARRETO, 1994, p.54-55).

O romancista é irônico ao referenciar a Avenida Central que desde 1912 foi denominada Avenida Rio Branco, construída em 1904 a 1906, no período em que foram feitas grandes obras de remodelação da cidade pelo prefeito Francisco Pereira Passos no governo do Presidente Rodrigues Alves. Os novos edifícios, com lojas, teatros, cinemas e confeitarias, deram à avenida, nos anos 20, o lugar de destaque que até então pertencia à Rua do Ouvidor.

Ao prefeito Pereira Passos caberia a tarefa de modernizar a cidade, torná-la atraente aos olhos europeus, mas também a tarefa de domesticá-la, instaurando a ordem para que o Rio de Janeiro se apresentasse como uma cidade cartão-postal de *Belle-époque*, onde não aparecesse, a turvar a imagem, o Brasil pobre, o Brasil negro, o Brasil mulato. (RESENDE, 1993, p.39).

Os governantes queriam dissipar a imagem degradante, de pobreza, de atraso do Rio de Janeiro e veicular a imagem de modernidade, de progresso. Para alcançar esses objetivos, demolição e construção passaram a ser os vocabulários mais utilizados. “Impunha-se a demolição da cidade velha para construir o cenário moderno” (GOMES, 1994, p.104). Percebe-se uma visão decepcionante do Rio de Janeiro no romance **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**, quando a personagem chega à cidade.

Quando saltei e me pus em plena cidade, na praça para onde dava a estação, tive uma decepção. Aquela praça inesperadamente feia, fechada em frente por um edifício sem gosto, ofendeu-me como se levasse uma bofetada. Enganaram-me os que me representavam a cidade bela e majestosa. Nas ruas, havia muito pouca gente e, do bonde em que as ia atravessando, pareciam-me feias, estreitas, lamacentas, marginadas de casas sujas e sem beleza alguma. (BARRETO, 1997, p.51).

Nota-se que a imagem propagada da cidade não condiz com a realidade. A Rua do Ouvidor desfaz um pouco a má impressão que Isaías teve da capital quando chegou. No entanto, o que prevalece é a ânsia de transformação da cidade a qualquer custo para integrar-se como país moderno, conforme se percebe na conversa de Isaías com o velho Coronel Figueira, um fazendeiro que conheceu o Rio antes de 1882.

_____ Como isto está mudado! Conheci quando ainda era um brejo, um depósito de cisco ... Havia barrancos, covas, capinzais ... As lavadeiras faziam disto coradouro ... Acolá (apontou) estava o teatro, o Provisório ... (...) Está tudo mudado: Abolição, República ... Com isso mudou! Então de uns tempos para cá, parece que essa gente está doida; botam abaixo, derrubam casas, levantam outras, tapam umas ruas, abrem outras ... Estão doidos !!! (BARRETO, 1997, p.72).

Verifica-se, porém, a exclusão dos menos privilegiados, pois as mudanças não beneficiam os mais necessitados. Em **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**, a própria personagem acaba indo morar no subúrbio, visto que não tem condições de pagar por uma moradia mais decente.

Durante todo esse tempo, residi em uma casa de cômodos na altura do Rio Comprido. Era longe; mas escolhera-a por ser barato o aluguel. Ficava a casa numa eminência, a cavaleiro da Rua Malvino Reis e, atualmente, os dois andares do antigo palacete que ela fora, estavam divididos em duas ou três dezenas de quartos, onde moravam mais de cinquenta pessoas. (BARRETO, 1997, 173-174).

Estes locais, antes, eram chácaras produtivas ocupadas pelas aristocracias ou serviam de lazer para finais de semana. As igrejas possuíam também propriedades ali, como também algumas pessoas da classe média carioca constituída de assalariados eram proprietárias de lotes menores, visto que desfrutavam de relativa estabilidade de emprego e podiam arcar com os custos do transporte para o trabalho no centro.

Lima Barreto descreve ironicamente a saudade dos tempos áureos da velha casa quando os antigos donos ricos moravam lá. A mangueira que servira de sombra, agora era atacada a disputar-lhe os frutos; os assoalhos que havia palmilhado os breves pés das meninas, agora gemem quando entram os cocheiros de grandes pés, ou os carregadores suados. O palacete que servira de local de festa de batizado, de aniversário, ou de casamento; hoje vive gente pobre, toda misturada, confundindo-se, sem se importar a nacionalidade ou a cor. No entanto, na visão de Isaías, não deixa de admirar a perseverança desse povo, o sentimento utópico que faz com que siga em frente.

Admira-me que essa gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade a leva a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável. (BARRETO, 1997, p.175).

Lima Barreto, com seu espírito perspicaz, denuncia a segregação social e espacial que a modernização do Rio acarretava, criando os excluídos do progresso.

Isaías Caminha, como o romancista, é um *flâneur*, um personagem baudelairiano fascinado pela modernidade expressa nas vitrines da rua o Ouvidor. No entanto, embora, a obra do escritor seja essencialmente urbana, “a cidade é vista de baixo para cima, por personagens que povoam seus subúrbios e deslumbram-se com uma modernidade que os recusa: a partir de uma perspectiva do subúrbio” (SOUZA, 2005, p.68).

Conclusão

Observa-se que nos romances de Lima Barreto, o escritor procura incluir a camada popular, denunciando a marginalização que o progresso causava. Ele traz à tona aqueles que a sociedade rejeita para o centro do relato em seus romances e contos, a eles se colando a visão condutora do narrador. Já, autores tradicionais, como Bilac, em suas crônicas, “traz o progresso para o centro da cena e expulsa para fora dela, ridicularizando, o que vem dos segmentos populares – tradições, hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional” (VELLOSO, apud GOMES, 1994, p.108).

A demolição dos casarios, o permanente “bota-abaixo” representa o apagamento da memória coletiva. Personagens e narradores de Lima Barreto registram traços dessa memória que sempre está ameaçada pelo esquecimento. Isso não significa que o romancista fosse contra a modernização urbana, pelo contrário, ele defendia a cidadania, pois isso deveria ser a condição essencial. A modernidade deveria contemplar todos os homens, não apenas alguns poucos privilegiados.

Na concepção da República Velha, o moderno é excludente. “Tudo que não fizesse parte de uma acepção moderna deveria, se possível, ser posto abaixo como o casario colonial” (RESENDE, 1993, p. 53). Desta forma, excluía a classe operária, os imigrantes, os negros, os pobres, enfim, o diferente. Um exemplo ilustrativo dessa concepção excludente é o desmonte do Morro do Castelo, sítio histórico por onde Estácio de Sá começara a ocupação da cidade. Esse local tornara-se espaço de residência de inúmeras famílias pobres graças ao baixo custo dos aluguéis das velhas construções existentes no local. Para o prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) era “uma cárie em boca de moça bonita”. Assim, em nome da aeração e da higiene, derruba o morro e aterra o mar em frente ao Porto, destruindo a natureza e expulsando a população que enfeava a cidade, para construir uma obra faraônica, local das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, tendo como principal atração a “Exposição Internacional do Centenário”.

A situação é irônica, pois como se pode comemorar independência ou liberdade de alguém, expulsando o povo de seu habitat, fazendo viver em situações de escravidão, de dependência? Portanto, Lima Barreto tenta mostrar em suas obras, por meio das representações sócio-espaciais, que “moderno seria, entre nós, uma administração democrática, que contemplasse os interesses coletivos e se interessasse em reconhecer a livre expressão dos conflitos sociais e políticos” (RESENDE, 1993, p.54). Moderno não é uma administração que não respeita o cidadão menos privilegiado e trabalha visando aos interesses de apenas uma pequena camada da população elitizada.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, Lima. **Recordações do Escrivão Isaías Caminha**. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.
- _____. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Scipione, 1994.
- _____. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985.
- CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. Trad. Ivo Barroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.
- RESENDE, Beatriz. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. Rio de Janeiro: Editora UFRj; Editora UNICAMP, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão** – tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. Lima Barreto e a perspectiva do subúrbio. **Letras**, Puc – Campinas, v.24, n.2, p.65-83, jul./dez. 2005.
- TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Um passeio pelo Rio de Lima Barreto. **Consciência**, Palmas, v.2, n.18, p.27-48, jul./dez. 2004.

Autora

Alice Atsuko MATSUDA PAULI, (Doutoranda)
Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Grupo CRELIT/UENP-FAFICOP –
FACCREI
E-mail: aliceamatsuda@yahoo.com.br